



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638504 - MT (2021/0000975-0)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : SEBASTIAO CARLOS TOLEDO
ADVOGADO : SEBASTIAO CARLOS TOLEDO - MT0132170
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PACIENTE : WENDER SANTOS DE SOUZA JUNIOR (PRESO)
CORRÉU : ENIVALDO PIRES PEREIRA JUNIOR
CORRÉU : WASHINGTON JOSE BATISTA REIS
CORRÉU : ELITON BISPO DE SOUZA
CORRÉU : LUCAS MARQUES DE JESUS
CORRÉU : FERNANDO COELHO DE ALMEIDA BATISTA
CORRÉU : ANDRESSA ROCHA DE FREITAS
CORRÉU : TAMIRIS HECK
CORRÉU : ERICA DAIANE PEREIRA DOS SANTOS
CORRÉU : NEILSON GABRIEL ALVES DA SILVA
CORRÉU : PEDRO DE PAULA SIMAO DOS SANTOS
CORRÉU : PEDRO HENRIQUE CABRAL SILVA
CORRÉU : HELTON PIZZATO
CORRÉU : LEANDRO GOMES PEREIRA
CORRÉU : RENATO OSCAR DE CASTRO
CORRÉU : WKARISTTON BARBOSA LAURIANO
INTERES. : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

DESPACHO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de WENDER SANTOS DE SOUZA JUNIOR em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO.

O paciente encontra-se segregado cautelarmente, em razão de prisão em flagrante, convertida em preventiva, pelo suposto cometimento do crime de porte ilegal de arma de fogo. Foi denunciado como incurso do art. 157, § 2º, II, IV e V, e § 2º-A do CP, art. 244-B da Lei n. 8.069/90, art. 2º, *caput* e § 4º, I, da Lei n. 12.850/13, c/c o art. 29 do CP e art. 14 da Lei n. 10.826/03.

Alega o impetrante que o paciente encontra-se detido exclusivamente pelo porte ilegal de arma, em relação ao qual sequer foi indiciado. Explica que, em relação ao demais delitos, a prisão em flagrante teria sido relaxada. Assevera que o Juiz de Água

Boa (MT) seria incompetente para homologar o Auto de Prisão em Flagrante, porque a detenção ocorreu na circunscrição de Barra do Garças (/MT). Finalmente, aduz que a conversão da prisão em preventiva não está devidamente fundamentada, posto que não restou demonstrada a periculosidade do paciente, ou que a sua liberdade configuraria risco à ordem pública. Ademais, sendo o réu primário, tendo residência fixa e exercício profissional lícito, não haveria impedimento para a concessão de liberdade provisória.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem para revogar a prisão preventiva, aplicando-se ao paciente medidas cautelares diversas da privação da liberdade. Requer ainda, a extensão do efeitos da ordem concedida ao corréu FERNANDO COELHO DE ALMEIDA BATISTA no RHC n. 139.796.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Considerando as peculiaridades do caso concreto, em que se pede a extensão da ordem concedida ao corréu, por decisão desta Corte, e tendo em vista que foram juntados apenas a decisão que indeferiu o *writ* na Justiça *a quo* e um voto (fls. 62-65), antes de apreciar o pedido de liminar, solicitem-se informações atualizadas, por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo, ao TJMT, sobretudo acerca do andamento do *habeas corpus* em andamento naquele Tribunal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente